



Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

SOLIDARIEDADE

COOPERAÇÃO

150 milhões de euros em ajudas do Estado ao Sector Social Solidário

ELEIÇÕES DA CNIS, DIA 14, EM FÁTIMA

Lino Maia apela à participação apesar de haver só uma lista



HOMENAGEM

Provedor Castanheira Pinto assinalou 50 anos à frente da Misericórdia



GUARDA

Centro para a Economia e Inovação Social quer apostar na formação



PRR

Há 12 milhões para apoiar IPSS dos territórios ardidos em 2022



Eugénio Fonseca
Presidente da Confederação
Portuguesa do Voluntariado



Novo Ano, novos e exigentes desafios para as IPSS

Antes de mais quero desejar, para 2023, todo o bem aos atuais e aos próximos Órgãos Sociais da CNIS, assim como a todas e todos que compõem a rede das IPSS, em Portugal. Ao iniciar um novo ano, partilho com os dirigentes das IPSS os novos e exigentes desafios que poderão ter de enfrentar. Não me irei referir às dificuldades decorrentes dos aumentos, imprevisíveis, dos preços de determinados bens. Isso já o estais a sentir, por isso, não é novo. Nem aos valores dos aumentos salariais que pensáveis fazer. Compensar, o mais possível, os colaboradores/as é um dos maiores investimentos, pois são a mais-valia que uma instituição, como qualquer empresa, pode ter.

Para este ano, o novo e exigente desafio que considero mais relevante é a transferências de algumas competências do poder central para o poder local. Uma parte significativa delas é nos domínios sociais, educativos e da saúde. Em algumas das áreas destes domínios grandes transformações se podem vir a operar na cooperação das UDIPSS e de cada uma das IPSS com os seus Municípios. Julgo que seria de grande sensatez política, que se fizessem duas ou três experiências piloto, por distrito, durante um a dois anos, para, a partir da realidade, se limarem arestas do que se viesse a verificar menos exequível.

Mas será sempre uma adaptação complexa. É certo que vivemos num Estado democrático, há quase 50 anos. Em termos de organização política, sabemos que não é um regime perfeito, mas que, de entre todos os que a humanidade já conheceu, é o menos mau. Por isso, meio século é pouco tempo para se saber como viver, com autenticidade, em democracia e em liberdade. Tudo se tornou mais difícil quando estes dois valores humanos se deixaram amolgar por uma civilização individualista, em que o interesse dos outros é secundário; o diálogo é substituído por radicalismos; as percentagens valem mais que as pessoas; a liberdade divorciou-se da responsabilidade, e ser livre é um aceder imediatista ao que se almeja.

A forma de fazer política encaixou-se nesta cultura predominante e até lhe tem aberto novos caminhos. Por isso, a construção do bem comum nem sempre é prioridade, pois ela não mostra resultados imediatos. Nesta forma perversa de fazer política, também não lhes convém apoiar, aprovar, permitir que sejam outros a executar, mesmo que as iniciativas sejam válidas para o bem-estar das populações, pois é importante que sejam os que estão a governar a serem os protagonistas de tudo o que for em favor do povo. Tanto na primeira situação como na segunda, o importante são as eleições seguintes. Esta forma de ação política desculpa-se com a maioria dos votos dados pelo povo que dão legitimidade a determinado partido político para governar. É a exaltação da democracia representativa. Todavia, já se deveria ter feito um debate, verdadeiramente democrático, ou seja, cuja metodologia não deixasse nenhum eleitor de fora, para se saber porque persistem níveis tão preocupantes de abstenção. É que quanto maior fosse a base de apoio popular, maior seria a legitimidade dos governantes. Também não se pode esquecer que tão importante é a democracia representativa como a participativa. Esta última não se esgota nas intervenções que os partidos eleitos têm no hemiciclo Parlamentar. Essas asseguram, de forma persistente, uma vigilância sobre quem governa. Mas até seriam mais assertivos se contactassem, regularmente, com as realidades concretas da vida dos seus concidadãos e pelo diálogo democrático, consensualizassem medidas que são, notoriamente, favoráveis ao povo e não se opusessem só por razões de contrapoder.

Esta minha leitura da forma de fazer política em Portugal, aplica-se ao poder central e ao poder local, mas este é onde melhor se pode exercer a democracia. Ele beneficia de um recurso muito importante que é o da proximidade com os cidadãos. Aliás, sem o poder local a democracia não seria possível, enquanto

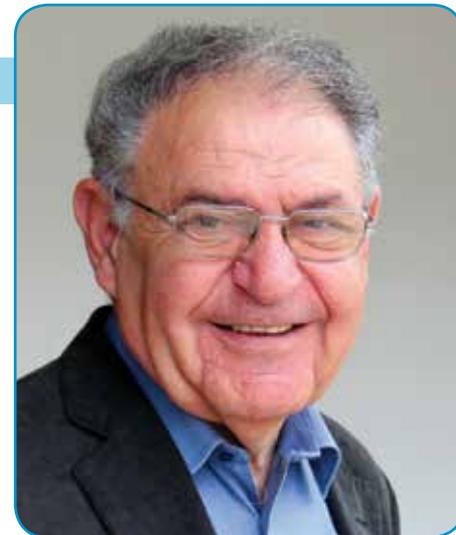
organização política. Os Municípios e as Juntas de Freguesia têm todos os ingredientes para a existência de governos democráticos. Há evidências disso, como sejam a elaboração dos orçamentos participativos, entre outras. Os eleitores, exceto nas grandes metrópoles, conhecem os seus eleitos, os cidadãos podem intervir nas assembleias ou serem recebidos pelos presidentes e autarcas, estão providos de organizações de base, sejam de caráter civil ou religioso, etc. Sabem que é fundamental aplicar o princípio da subsidiariedade. Porém, nem em todas as autarquias é assim.

Por isso, o relacionamento entre Municípios que adiram à transferência de competências e as IPSS pode ser um novo desafio ou não. Seja como for, há critérios que têm de ser, escrupulosamente, respeitados: Acredito que já assim foi feito, mas em tudo o que diga respeito às IPSS, o pronunciamento das suas legítimas representantes é uma obrigação incontornável; todos os procedimentos têm de mostrar evidências de inegável transparência; a avaliação de propostas apresentadas às autarquias deve ser feita por equipas que assegurem imparcialidade; os prazos de candidaturas, o decorrer e conclusão das mesmas têm de ser publicadas no sítio oficial do Município; não devem ser aprovados regulamentos sem o parecer prévio da UDIPSS; enquanto as IPSS tiverem respostas para os problemas sociais ou educativos o Município não deve criar outras sob a sua gestão.

Não conheço o que já está determinado quanto a esta matéria. O que pretendi, foi dar o meu modesto contributo para que a relação entre as IPSS e o poder local, em vez de um desafio se torne numa oportunidade de maior consolidação dos valores democráticos e da vivência da liberdade no nosso país. Eles foram-nos dados numa madrugada, mas, facilmente, nos podem ir sendo roubados nas noites dos nossos fundamentalismos que nos possam impedir de cooperar com liberdade e democraticamente.

EDITORIAL

Padre Lino Maia - Presidente da CNIS



Ano 2023: difícil e decisivo

1. É com muitas dúvidas e algumas certezas que se perspetiva o ano agora iniciado, que poderá ser tão difícil quanto decisivo.

Muito embora possa não atingir os valores do ano findo, é significativo o impacto de uma inflação, que continuará alta e, apesar dos esforços por a controlar, decorrerão progressivos aumentos de custos nomeadamente com alimentação, bens, serviços e transportes. E, muito embora se perspetive o aumento dos salários, eles perderão valor por causa da inflação. Para além de uma guerra na Europa que quase todos consideram absolutamente injusta e que tem um impacto muito negativo em todo o nosso quotidiano.

A somar a tudo isto, que já não é pouco, o ano começa com uma possível e indesculpável turbulência política no seu horizonte.

Tudo isto e mais alguma coisa inquieta as Instituições de Solidariedade que, estando habituadas a enfrentar dificuldades, dispensavam mais estas que se perspetivam.

Desistir? Não é essa a sua história...

2. No dia 12 de dezembro foi assinada a Adenda Extraordinária ao Compromisso de Cooperação de 2021-22. Aí são garantidos apoios extraordinários ao Sector e são garantidas as atualizações dos acordos de cooperação para 2023.

Não sendo os necessários, os valores de atualização dos acordos de cooperação em 2023 (5%) são os possíveis e parece terem em atenção o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social assinado há um ano.

Os apoios extraordinários são bem-vindos e revelam alguma atenção por parte do Governo para uma inalienável responsabilidade do Estado: a proteção social.

Não sendo suficiente, o apoio extraordinário de 2022 (2,1% para o geral das valências e 3,5% para respostas com caráter residencial e centros de dia) era mais do que necessário e veio um pouco tarde. A antecipação do apoio extraordinário para 2023 (igualmente 2,1% para o geral das valências e 3,5% para respostas com caráter residencial e centros de dia) e a antecipação de grande parte das atualizações dos acordos de cooperação de 2023, quais presentes do Pai Natal, podem ter sido recebidos

demasiadamente cedo: claramente que dão mais liquidez financeira às Instituições, mas é bem possível que esta antecipação possa criar pontualmente a sensação conjuntural de flutuante “abundância”. Certamente neste ano que já começou terá de ser reivindicado um ou mais que um folgar pascal...

A Adenda Extraordinária deixou ficar no ar alguma apetência do Estado por restringir a autonomia das Instituições. Refira-se, concretamente, o que concerne às atualizações salariais e às creches familiares. É evidente que somos totalmente a favor não só do aumento do salário mínimo como da valorização salarial de todos os trabalhadores. E os sucessivos CCT do Sector Social Solidário são disso prova inequívoca. Mas recorde-se uma lacuna evidente na Concertação Social: o Sector, que é um muito grande empregador e uma almofada de paz social para o Estado, não está lá representado. Deveria lá estar para uma mais ampla concertação social...

A Adenda prova um olhar mais atento do Ministério das Finanças ao Sector. Louvamo-lo, mas não deixamos de lembrar que, um Sector que cumpre serviço público, continua algo ignorado nos sucessivos Orçamentos do Estado. Considerando que as necessidades prevalecerão e até aumentarão, não seria de consignar um imposto às responsabilidades sociais do Estado executadas pelo Sector Social Solidário?

Dado que é uma Adenda ao Compromisso de Cooperação de 2021-22, foi subscrita pelos três Ministérios de Assuntos Sociais. É de realçar o bom diálogo com a Senhora Ministra do Trabalho Solidariedade e Segurança Social e a Senhora Secretária de Estado da Inclusão. Justamente é de reconhecer que o Ministério da Saúde também está a chegar a este Sector e os bons resultados começam a aparecer e serão bem visíveis. Mas será bom não esquecer que o Ministério da Educação não pode ficar para trás porque, como solidários que somos, não queremos que ninguém fique para trás...

3. Desde há décadas que a questão das condições de sustentabilidade das Instituições constitui legítima preocupação dos seus dirigentes. O ano que agora se inicia é decisivo para o Sector Social Solidário no que à sua

sustentabilidade concerne.

Por um lado, é consensual o subfinanciamento público do funcionamento em cooperação das respostas e serviços sociais; e, por outro lado, é crescente o naípe de serviços e atividades que as Instituições são chamadas a desenvolver, à medida que crescem as necessidades sociais, aumenta a pobreza ou se qualificam as respostas.

O Pacto de Cooperação é a afirmação, não só desse alargamento, mas da vontade de o expandir.

Mas, num aparente paradoxo, não obstante esse subfinanciamento, têm diminuído, a um ritmo constante, as situações de contas de exercício com resultados operacionais ou com EBITDA negativos.

É o que resulta do Estudo sobre a Importância Social e Económica das IPSS, desde 2017 realizado pela Universidade Católica, para a CNIS, incidindo numa amostra muito significativa das contas de exercício das Instituições.

Desse estudo também resulta que a percentagem das participações familiares no total da receita se tem mantido estável.

O que só pode conduzir à conclusão de que a melhoria dos resultados operacionais se deve, quer à maior capacidade de gerar recursos na comunidade e afetá-los à estrutura de custos das Instituições; quer à maior eficiência de gestão por parte de dirigentes cada vez mais capacitados.

É necessário continuar a organizar programas de formação para dirigentes, no âmbito dos programas de formação com financiamento público, bem como a continuar a monitorizar os resultados dos exercícios anuais, mediante a continuidade do estudo que vem sendo levado a cabo pela U. Católica.

Ainda nessa perspetiva da sustentabilidade, deve referir-se como passo relevante a assinatura, em 23 de Dezembro de 2021, do novo Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, em que o Governo se compromete a reforçar anualmente os valores das participações públicas nos acordos de cooperação com percentagem de cobertura mais reduzida, por forma a atingir gradualmente os 50% de financiamento dos custos até ao fim da legislatura então em curso. Isto é, até outubro de 2024.

VIII CONGRESSO ELEITORAL DA CNIS

Lista liderada por Lino Maia é única candidata às eleições



PROGRAMA DO VIII CONGRESSO ELEITORAL DA CNIS

9H30 – Abertura do Congresso

10H/13H – Ato eleitoral

13H/14H – Apuramento do ato eleitoral

14H30/16H – Colóquio sobre “A Saúde e o Sector Social Solidário”

16H – Tomada de posse dos novos Órgãos Sociais, Intervenções Institucionais e Encerramento do Congresso.

O Congresso faz também a comemoração do dia da CNIS que se assinala a 15 de janeiro.

O Governo e a Presidência da República estão convidados para a cerimónia de Tomada de Posse.

A lista institucional, liderada pelo padre Lino Maia, atual presidente da CNIS, é a única que se apresenta às eleições da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade marcadas para dia 14 de janeiro no Centro Pastoral Paulo VI, em Fátima. Até ao limite do prazo de apresentação de candidaturas não entrou mais nenhuma lista.

Lino Maia lamenta não haver mais concorrentes, mas apela à participação nas eleições: “Muito embora só haja uma lista, será bom que apareçam muitas Instituições a votar. Peço mobilização nesse sentido.”

A lista, cujo mandatário é Eduardo Graça, presidente da CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), tem algumas alterações em relação ao mandato que agora termina, destacando-se, na direção, as saídas de Macário Correia - sendo substituído como tesoureiro por Roberto Mariz -, José Leirião - substituído por Gil Tavares -, e ainda Lurdes Pombo, que passa para a Mesa da Assembleia-Geral como vice-presidente de José Carlos Batalha, que se mantém como presidente.

O padre Lino Maia candidatou-se em 2006 pela

primeira vez e, desde então, venceu as eleições por cinco vezes consecutivas. O candidato a vice-presidente é Eleutério Alves, que se tem mantido em todas as direções da CNIS com Lino Maia.

No programa de candidatura, “A MISSÃO DAS IPSS: PRINCÍPIOS E VALORES”,

para o mandato 2023 – 2026, a lista enaltece a forma extraordinária como as IPSS lidaram com a pandemia, sendo que “a CNIS, a partir do capital de confiança que lhe adveio da forma como, com as Instituições, lidou com a pandemia, continue a liderar a afirmação do Setor Social Solidário no espaço público e na atividade interna das Instituições.”

As consequências da invasão da Ucrânia pela Rússia merecem referência e no documento é afirmado que, em caso de eleição, “a CNIS continuará a cooperar com as autoridades em matéria de asilo, para reforçar a resposta do nosso País nessa missão humanitária com um povo com ampla e bem integrada presença na nossa comunidade, promovendo e organizando a resposta das Instituições Solidárias no cumprimento desse desígnio nacional.”

O Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, subscrito em 23 de dezembro de 2021, merece um capítulo do programa, onde é sublinhado o alargamento do âmbito da Cooperação, dando nota das insuficiências de participação dos Ministérios da Saúde e Educação.

Outro aspeto importante é a identidade e autonomia do sector: “A CNIS, se for eleita a presente lista, não aceitará o esvaziamento do núcleo essencial da gestão das respostas sociais, e opor-se-á ativamente a todas as tentativas por parte da Administração Pública de transformar os dirigentes em meros executantes de ordens e instruções alheias.” A mesma oposição se assume quanto à “tentação de certos serviços públicos de manterem sob o signo da suspensão as Instituições e os seus dirigentes.”

A outro passo do programa a lista candidata compromete-se a manter “o foco na justiça da participação da Economia Social na Comissão Permanente de Concertação Social”, objetivo que já vem de 2019.

Quanto à sustentabilidade das IPSS, a lista candidata assume que fará pressão junto do Governo de maneira “a reforçar anualmente os valores das participações públicas nos acordos de cooperação com percentagem de cobertura mais reduzida, por forma a atingir gradualmente os 50% de financiamento dos custos até ao fim da legislatura então em curso”, fazendo cumprir a assinatura, em 23 de Dezembro de 2021, do novo Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social.

Outro tema importante é a transferência de competências para os municípios que está em curso. A lista de candidatura garante que vai assegurar “a continuidade das diligências com a ANMP, para definição conjunta dos mecanismos de cooperação que permitam que a transferência em curso não se traduza no enfraquecimento do serviço atualmente prestado pelas Instituições.”

Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	José Carlos Borges Batalha	Centro Social e Paroquial da Azambuja (Lisboa)
V. Presidente	M. Lurdes Borges Póvoa Pombo Costa	APPACDM Castelo Branco
Secretários	João Manuel Baptista Canedo Reis	Lar Dom Pedro V (Terceira, RA Açores)
	José Manuel Henriques Cera Casaleiro	APAC – Associação Popular de Apoio à Criança (Lisboa)
	M. Conceição Guerreiro Casa Nova	Fundação Manuel Gerado de Sousa e Castro (Beja)
Conselho Fiscal		
Presidente	Carlos Alberto Lacerda Pais	Centro Comunitário de Vera Cruz (Aveiro)
1.º Vogal	M. Céu Castro F. Carreira Coelho	Centro Social Paroquial da Graça (Funchal, RA Madeira)
2.º Vogal	Fernando Júlio da Silva Sousa	ARIFA – A. Reformados e Idosos da Freguesia da Amora
Direção		
Presidente	Lino da Silva Maia	Centro Social São Martinho de Aldoar (Porto)
V. Presidente	Eleutério Manuel Alves	Santa Casa da Misericórdia de Bragança
Tesoureiro	Roberto Rosmaninho Mariz	Centro Social da Paróquia de São Lázaro (Braga)
Secretário	Gil Manuel Alves Tavares	FAPCC – Federação A. Portuguesas de Paralisia Cerebral
Vogais	Alfredo Cardoso	A. S. Social, Cultural Recreativa de Santa Maria de Braga
	Ana Maria Baptista Lima	Fundação CEBI (Lisboa)
	José Lopes Baptista	Centro Social das Antas (Porto)
	Maria João Rebelo Quintela	Associação Portuguesa de Psicogerontologia (Lisboa)
	Maria José da Costa Miranda Menezes	União Distrital das IPSS do Porto



Dizem que não há lugar para todos. E o Santander, o que diz?

O Santander diz que é preciso fazer escolhas. E a nossa escolha é estar sempre ao lado de quem promove a inclusão. Por isso, escolhemos apoiar as IPSS que têm como missão oferecer oportunidades a quem mais precisa. Se tem projetos aprovados no âmbito dos programas públicos PRR e PARES, conte com o Santander para o adiantamento de incentivos ou financiamento complementar. Porque nós não somos apenas aquilo em que acreditamos. Somos o que fazemos com isso. **Somos as escolhas que fazemos.**

Para o ajudar a escolher a melhor solução, escreva para: economiasocial@santander.pt

Sujeito a aprovação do Banco.

HOMENAGEM AO PROVIDOR CASTANHEIRA PINTO POR 50 ANOS DE SERVIÇO EM MACEDO DE CAVALEIROS

“Um obrigado muito grande em nome de muita gente”

Meio século de serviço aos outros como provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros é razão mais do que suficiente para a homenagem de que foi alvo o comendador Alfredo Castanheira Pinto. Os agradecimentos, por tantos anos de dedicação à solidariedade, chegaram não apenas dos mais altos representantes do Sector Social Solidário e dos seus pares, mas também dos trabalhadores da «Misericórdia de Macedo» e de muitos amigos que se associaram à cerimónia. O presidente da CNIS resumiu numa frase o que levou tanta gente até ali: “Um obrigado muito grande em nome de muita gente”.

A cerimónia de homenagem contou, para além da família, com a presença de uma vasta panóplia de personalidades em representação das mais altas entidades de Macedo de Cavaleiros e ainda com os dirigentes e alguns trabalhadores da Misericórdia local, mas também com os presidentes da CNIS e da União das Misericórdias Portuguesas (UMP), respectivamente, padre Lino Maia e Manuel Lemos, muitos provedores de outras santas casas e dezenas de amigos do provedor.

Nascido há 86 anos, a 13 de maio, numa pequena aldeia do concelho de Vinhais, Alfredo Castanheira Pinto tem uma vida preenchida pelo serviço aos mais desfavorecidos e desvalidos da vida, construindo uma instituição referência, não só no distrito de Bragança, mas em todo o país, não se limitando a desenvolver a «sua» Misericórdia, mas ajudando nos processos de organização do Sector Social Solidário.

Só um homem generoso, bondoso e com um sentimento de amor ao próximo muito grande dedica a sua vida aos outros, deixando para trás muitas vezes a família. Isto foi o que os diversos oradores da cerimónia de homenagem, em geral, disseram do provedor Castanheira Pinto.

A cerimónia, que decorreu no auditório da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Macedo de Cavaleiros, contou ainda com as presenças virtuais de personalidades que não quiseram deixar de se associar à homenagem, como o ex-ministro do Trabalho e Segurança Social, Silva Peneda, o ex-secretário de Estado da Segurança Social, Marco António Costa, o ex-presidente da União das Misericórdias, padre Vítor Melícias, que referiu que “Castanheira Pinto merece mais do que ninguém a homenagem”.

Do Luxemburgo, dois dirigentes da Fundação Felix Chomé deixaram as suas palavras de apreço pelo trabalho desenvolvido pelo provedor, algo que conhecem de perto pelo intercâmbio existente entre as duas instituições.

Na sessão, o presidente da CNIS agradeceu a Castanheira Pinto, sublinhando ser “um obrigado muito grande em nome de muita gente” e



lembrou: “À frente da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros conseguiu criar muitos serviços que a muitos beneficiam. Hoje haveria mais pobreza e mais infelicidade se não fosse Alfredo Castanheira Pinto. Com a sua liderança, quantas pessoas aqui ganharam o seu pão e não precisaram de sair daqui. E sempre se preocupou com a sustentabilidade da Santa Casa e com o desenvolvimento da economia local”.

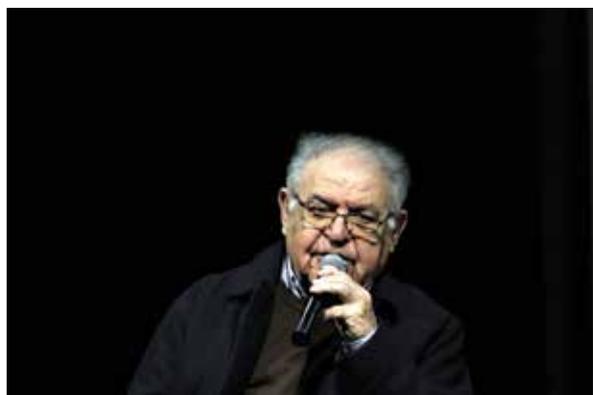
Refira-se que a Misericórdia de Macedo de Cavaleiros desenvolveu uma vertente agropecuária bastante dinâmica e que contribuiu decisivamente para a sustentabilidade da instituição, proporcionando-lhe capacidade para prestar uma melhor missão social.

“Dedicação, serviço aos que mais precisam, postos de trabalho e desenvolvimento da economia local são contributos decisivos



de Castanheira Pinto, que tanto tem feito pelo bom nome de uma terra como é Macedo de Cavaleiros”, resumiu o presidente da CNIS.

DE seguida, o padre Lino Maia recordou o percurso do provedor na organização do Sector



Social Solidário.

“Habituei-me a ver nele uma pessoa que cedo percebeu melhor que há outros serviços para além das Misericórdias e ele fez sempre a ponte entre estas e as IPSS”, destacou, acrescentando: “Esta relação entre as IPSS e as Misericórdias foi iluminada por Alfredo Castanheira Pinto”.

E recordou que, “apesar de ser provedor de uma Misericórdia, liderou o Secretariado Regional da União das IPSS e criou a União Distrital das IPSS do Distrito de Bragança”.

A terminar, o presidente da CNIS sublinhou “o espírito de comunhão e de solidariedade”, rematando com um elogio: “Ele será sempre um bom exemplo”.

Também Manuel Lemos elogiou a capacidade agregadora do homenageado.

“A ligação entre a União das Misericórdias Portuguesas e a CNIS foi um trabalho de todos e Alfredo Castanheira Pinto é um dos melhores exemplos disso mesmo”, enfatizou o presidente da UMP, lembrando também que “ele agregou à Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros outras atividades que ajudaram a desenvolver a economia local, como a produção de vinho e outros”.

Por fim o líder das Misericórdias realçou o conforto que é para os demais dirigentes ter o decano dos provedores por perto.

“A presença dele, para nós, é fundamental, porque nos dá segurança e sempre aquele sentido de construirmos coisas melhores”, asseverou Manuel Lemos.

Por seu turno, Maria de Belém Roseira, presidente da Dignidade e ex-ministra da Saúde, começou logo por dizer: “Estamos aqui porque somos seus amigos”.

Elogiando o espírito com que Castanheira Pinto se tem dedicado há mais de meio século aos outros, a ex-governante deixou-lhe um agradecimento: “Obrigada pelo que fez, pelo que ainda vai fazer e por ter feito que tanta gente fizesse o que é preciso fazer”.

Já o presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Benjamim Rodrigues,

recordou a importância decisiva do provedor no seu regresso à terra natal, numa altura em que, jovem médico, exercia na cidade do Porto. Eram tempos em que a Misericórdia apenas tinha um hospital e Castanheira Pinto o convenceu a regressar para ajudar os conterrâneos.

Refira-se que a Misericórdia de Macedo de Cavaleiros detinha apenas o hospital, tendo sido decisiva a ação de Castanheira Pinto em alargar a atividade da instituição à área social e assim evitar, como aconteceu a outras, o seu encerramento.

A partir deste momento decisivo... é a história de uma instituição que cresceu exponencialmente não apenas em serviços, mas no apoio aos que mais necessitam.

O primeiro elogio da cerimónia foi deixado por José Coutinho, presidente da Mesa da Assembleia Geral da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros.

“É um grande homem. Inteligente e perspicaz, antecipava-se sempre aos problemas e às soluções”, realçou, lembrando: “Foram 50 anos de trabalho intenso e em que se dedicou aos outros”.

Essa dedicação aos outros, como muitos dos oradores sublinharam, fez-se também muito à custa da família, que teve menos a sua presença, mas onde encontrou base de apoio essencial.

Isso mesmo lembrou também o filho Fernando Castanheira Pinto, recordando, com algum humor, como foi ter como pai Castanheira Pinto: “Um dia fui ter com ele e fui a conduzir o carro de casa. Então, ele muito admirado, perguntou-me: ‘Já tens a carta de condução?’”.

Visivelmente satisfeito e bem-disposto, Alfredo Castanheira Pinto, que se movimentava de cadeira de rodas em virtude de estar a recuperar de um problema físico, dirigiu-se aos presentes pela voz de uma das netas.

“A minha voz ainda não está como queria, pelo que a minha neta vai ler o meu discurso”, anunciou à plateia.

As primeiras palavras do comendador foram para expressar a satisfação que lhe deu estes mais de 50 anos ao serviço dos outros.

“Foram milhares de quilómetros percorridos e horas despendidas. Se foram úteis para diversas instituições, só elas as poderão avaliar pois ‘ninguém é bom juiz em causa própria’”, começou por dizer, acrescentando: “Para mim, foi uma rica oportunidade de crescimento como pessoa e cidadão. Permitiu-me conhecer este tão vasto e valioso mundo da sociedade civil organizada ao serviço do bem comum”.

Depois, nas pessoas de Maria de Belém Roseira, padre Lino Maia e Manuel Lemos, o homenageado dirigiu uma palavra a todos os que

acorreram à cerimónia.

“Permitam-me que, na pessoa de vossas excelências, saúde do fundo do coração todos os presentes. Começo por dirigir uma saudação muito especial aos trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros e a todos os órgãos sociais da

Santa Casa que fizeram e fazem parte desta Irmandade, bem como à nossa população local. Saudação que traduz o reconhecimento público da vontade de afirmação de um projeto coletivo que esta comunidade viu consagrado”, sustentou, continuando: “Uma primeira homenagem presto-a a todos quantos ajudaram a Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros a manter e desenvolver a sua missão. Não posso, nem quero, deixar de dirigir uma saudação e um agradecimento a todos os presentes, desejar boas-vindas a esta Misericórdia e formular votos que este aniversário se realize sobre o signo da paz da tranquilidade e do amor. Da paz que é a tranquilidade na ordem dos homens e das coisas, do amor para que nas nossas instituições seja ele uma meta a atingir. Sejamos todos obreiros de um mundo a fazer nas nossas instituições: com reflexão, com solidariedade, com dedicação e qualidade”.

De seguida, Castanheira Pinto recordou quem com ele abraçou o projeto da Misericórdia no ido ano de 1972.

“Não queria deixar passar este momento sem prestar a minha mais sincera homenagem àquele que, juntamente comigo, consegui fazer de Macedo de Cavaleiros uma grande cidade. Foi ele o falecido António Joaquim Ferreira, mais conhecido por senhor Pescadinha. Recordo ainda o Dr. António Urze Pires e a religiosa Jacinta de Fátima Pires, que me acompanharam em grande parte deste percurso”, destacou o provedor, deixando para o fim, provavelmente, o agradecimento mais sentido, porque à família.

“O último agradecimento, vai para a minha família, pela ausência no lar familiar e pelas preocupações causadas, durante este tempo, para me ser possível dedicar aos outros. Nunca estiveram esquecidos, mas faltei na presença”, sustentou, terminando: “Obrigado por me entenderem e por me acompanharem neste longo percurso”.

O dia de homenagem ao provedor Castanheira Pinto iniciou-se com a inauguração de uma zona no Lar da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, recentemente requalificada, com o apoio do Fundo Rainha D^a. Leonor.

As instalações foram benzidas pelo pároco local, terminando, posteriormente, a homenagem com um almoço convívio.

NOVA ENTIDADE ESTARÁ SEDEADA NA CIDADE DA GUARDA

Centro para a Economia e Inovação Social aposta na formação e capacitação

O Centro para a Economia e Inovação Social (CEIS), uma parceria entre o IEFPP, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), a Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), o Centro de Estudos Ibéricos (CEI) e o Instituto da Segurança Social (ISS), estará sedado na cidade da Guarda e será o primeiro centro protocolar de formação profissional para o sector da Economia Social.

O grande propósito do CEIS é responder às necessidades permanentes de formação e aos desafios emergentes que se colocam ao sector e que exigem uma contínua atualização de conhecimentos e competências.

Assim, o CEIS visa a capacitação das entidades da Economia Social, promover a realização de formação profissional e de reconhecimento, validação e certificação de competências e a prestação de serviços e apoio técnico a entidades no âmbito da Economia Social, onde as IPSS se incluem.

No dia em que foi publicada a Portaria que institui o CEIS, a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho defendeu que “a criação do primeiro Centro dedicado à formação na Economia Social é um passo decisivo para a capacitação e inovação das organizações, para a qualificação dos profissionais e para a promoção de respostas sociais de qualidade”.

Assim, o CEIS terá como principal missão a valorização dos recursos humanos da Economia Social, no sentido de qualificar os trabalhadores, os dirigentes e gestores, através do desenvolvimento de ações de consultoria e apoio técnico, bem como o acompanhamento de jovens e adultos que se encontrem na situação de desemprego, com vista ao encaminhamento para formações neste setor da economia, são algumas das áreas



a explorar no CEIS.

Entretanto, o Instituto Politécnico da Guarda (IPG), pela voz do seu presidente, Joaquim Brigas, revelou a intenção de criar oferta formativa específica para todos os agentes que vão participar nas atividades do primeiro Centro para a Economia e Inovação Social do país.

As formações, que serão disponibilizadas “em breve”, vão envolver as quatro escolas do IPG e são dedicadas a “jovens em risco, transição para a reforma, competências digitais, formação ao longo da vida, alimentação saudável ou capacitação de cuidadores”, revelou.

Joaquim Brigas afirma que serão “formações desenhadas especificamente para as áreas da economia e da inovação social, com caráter transversal e envolvendo docentes e investigadores das

diferentes escolas e áreas científicas” do Instituto, além de “instituições privadas e públicas”, como o Instituto da Segurança Social, o IEFPP (Instituto do Emprego e Formação Profissional) e as IPSS.

O presidente do IPG acredita que a localização do novo centro na Guarda vai “reforçar a vocação da cidade e da sua instituição de ensino superior para a área social, uma vez que o polo da Região Centro do Observatório Nacional do Envelhecimento já funciona nas instalações do Politécnico da Guarda e este lidera projetos europeus nesta área” e acrescenta: “O IPG está muito bem posicionado para apoiar a definição de políticas públicas na área da inovação social, assim como de políticas para enfrentar os problemas sociais de saúde, integração, juventude e capacitação da população sénior”.

ENTIDADES INTERESSADAS DEVEM INSCREVER-SE ATÉ AO DIA 31 DE JANEIRO

EDP abriu candidaturas para doar viaturas usadas a instituições sociais

A EDP, através da EDP Produção, com o propósito de reforçar o apoio social nas regiões onde possui centros de produção de energia – incluindo territórios onde deixou de ter atividade –, através da doação de viaturas de serviço.

A iniciativa, cuja fase de candidaturas decorre até ao próximo dia 31 de janeiro através do site da EDP, dirige-se a todas as instituições sociais e sem fins lucrativos localizadas nesses municípios, como as IPSS, as Misericórdias, Mutualidades e cooperativas sociais, mas também corporações de bombeiros e associações desportivas, recreativas e ambientalistas, entre outras que cumpram os critérios de seleção.

Entre esses critérios de seleção estão a

reconhecida intervenção social e cívica na comunidade, não terem objetivos lucrativos, terem a situação fiscal e na Segurança Social regularizadas e não terem recebido viaturas nos últimos três anos, entre outras regras disponíveis para consulta no regulamento.

“A doação de viaturas usadas às comunidades é, aliás, uma prática que a EDP promove há alguns anos, tendo como destinatários diferentes tipos de instituições sociais. Desde 2016, a EDP já doou 27 viaturas a essas entidades, num valor estimado de 290 mil euros”, revela a EDP em comunicado.

Cada instituição candidata só poderá receber uma viatura, devendo indicar a sua preferência entre as opções disponíveis. Os veículos a doar – de

passageiros, comerciais e pick up – contam com oito anos de atividade ou 200 mil quilómetros. Antes da entrega, as viaturas são totalmente renovadas e passam a ter uma nova utilização que beneficia a população onde se insere a entidade selecionada.

A iniciativa é uma entre várias previstas no Plano de Investimento Social da EDP Produção no sentido de responder a necessidades identificadas junto das comunidades, como transporte de pessoas, distribuição de alimentos ou apoio na prevenção e combate de incêndios.

As candidaturas serão avaliadas entre fevereiro e março de 2023, estando prevista a divulgação dos resultados e entrega das viaturas no segundo trimestre do ano.

ASSOCIAÇÃO GRUPO DESPORTIVO DE PENSO S. ESTÊVÃO, BRAGA

Novo SAD alarga a resposta da instituição a mais 40 idosos

O fim de 2022 fica marcado na história da Associação Grupo Desportivo e Social de Penso S. Estêvão, concelho de Braga, pelo alargamento da ajuda que presta à população idosa.

Até aqui, a instituição bracarense tinha apenas um Centro de Dia, no qual acolhe 20 utentes, alargando agora a sua resposta social a mais 40 idosos através de um novo Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), com todos os utentes abrangidos pelo acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social.

A realidade socioeconómica da área da Veiga do Penso, onde a Associação faz a sua intervenção vinha alertando os dirigentes da instituição

para a necessidade de alargamento da resposta à comunidade, cada vez mais envelhecida e sozinha.

A nova resposta social já era para estar no terreno, mas a pandemia de Covid-19 atrasou o processo. Ainda assim, e apesar do atraso, com o novo SAD, a instituição pretende implementar um serviço de proximidade e de acompanhamento e não apenas de prestador de serviços de alimentação, limpeza ou outros.

A intenção da instituição é diversificar o apoio prestado aos utentes, seja através de terapias da fala ou ocupacional ou acompanhamento psicológico, mas também no apoio a idas ao médico ou à farmácia.



De olhar no futuro e na realidade da comunidade que serve, a Associação Grupo Desportivo e Social de Penso S. Estêvão quer agora alargar a resposta de Centro de Dia, idealmente para o dobro da lotação atual, ou seja, para 40 utentes.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA NOVA DE GAIA

Os novos órgãos sociais para o quadriénio 2023-2026 foram empossados

Após o cumprimento de dois mandatos consecutivos, Artur de Almeida Leite passou o testemunho da liderança da Santa Casa da Misericórdia de Gaia ao provedor eleito Manuel Moreira.

Depois de uma vida pública diversificada, na qual foi deputado à Assembleia da República, Governador Civil do Porto, presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses e vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Manuel Moreira tem dedicado os últimos anos ao exercício da sua cidadania ativa, assumindo agora as novas funções de provedor da Misericórdia de Vila Nova Gaia.

O novo provedor mostrou-se confiante em aceitar o desafio de fazer mais e melhor pela instituição.

“Estamos motivados e animados dos melhores propósitos para renovar, valorizar e projetar a Misericórdia de Gaia. Estamos conscientes e assumimos a responsabilidade desta importante e maior Instituição Particular de Solidariedade Social do concelho de Vila Nova de Gaia”, afirmou, dando ênfase à necessidade de motivação de todos os que constituem a Misericórdia de Gaia, desde os trabalhadores, utentes e voluntários da instituição e garantiu que o “a esperança, confiança e solidariedade é o caminho que todos juntos queremos percorrer e trilhar no nosso mandato”.

Artur de Almeida Leite dirigiu palavras de incentivo aos novos órgãos sociais e de agradecimento pelo trabalho realizados aos órgãos cessantes.

O presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel Lemos, felicitou os novos

órgãos empossados e alertou também para os “tempos difíceis” que se vivem e realçou que “é, por isso, um ato de coragem ousar fazer parte dos órgãos de uma instituição como as Misericórdias”.

Manuel Lemos sublinhou que a “Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia é uma grande instituição” e agradeceu aos órgãos sociais cessantes o trabalho que realizaram nos últimos mandatos: “Estar ao serviço dos valores da misericórdia, deve ser sempre motivo de reconhecimento”.

Na cerimónia de tomada de posse, o vereador Elísio Pinto, em representação do presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, teceu elogios ao trabalho social que tem sido desenvolvido pela instituição e felicitou e desejou sucesso aos irmãos empossados. Manifestando a disponibilidade para a Câmara Municipal de Gaia ser uma parceira ativa da Misericórdia de Gaia.

O encerramento da cerimónia esteve a cargo de D. Manuel Linda, bispo do Porto, que agradeceu aos órgãos sociais cessantes o trabalho desenvolvido em prol da instituição e desejou sucesso aos irmãos agora empossados, destacando a figura do novo provedor, que considerava uma personalidade que dá garantia de que vai realizar um bom mandato ao serviço da Misericórdia de Gaia.

Marcaram ainda presença no ato de posse, a presidente do Secretariado Regional do Porto da União das Misericórdias e provedora da Santa Casa da Misericórdia do Marco de Canaveses, Maria Amélia Ferreira, o provedor da Misericórdia do Porto, António Tavares, e vários



outros provedores de outras Misericórdias do distrito do Porto, entidades civis, militares e religiosas, irmãos, utentes e trabalhadores da Misericórdia de Gaia.

Os novos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia assumem os destinos da instituição para o quadriénio 2023-2026.

SOLIDARIEDADE COM A LUTA CONTRA O CANCRO

Portugueses doaram à Liga 1,6 milhões de euros

Os portugueses doaram este ano cerca de 1,6 milhões de euros à Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC) no peditório nacional anual, igualando o apoio dado em 2021, anunciou a organização.

O valor angariado no peditório nacional, que decorreu entre 28 de outubro e 1 de novembro, será utilizado nos quatro eixos da missão da LPCC - apoio a doentes oncológicos e cuidadores, promoção da saúde, prevenção do cancro e estímulo à formação e investigação em oncologia - adianta a liga em comunicado.

“Os voluntários promovem um trabalho incrível na nossa estrutura, seja através da presença no peditório, seja no apoio direto ao doente e por isso somos gratos ao trabalho desenvolvido”, afirma o presidente da LPCC, Francisco Cavaleiro de Ferreira, deixando também uma palavra de agradecimento aos portugueses que, “num momento particularmente difícil”, se juntaram à causa da Liga.



Realçando que o peditório representa “um pilar importante” na resposta aos pedidos de apoio e aos inúmeros projetos que implementa e viabiliza, a Liga Portuguesa Contra o Cancro refere que, das verbas atribuídas no ano passado, cerca de 1,5 milhões foram para apoiar doentes carenciados, 353.062 mil euros para mamografias realizadas em 34 unidades móveis e seis fixas, enquanto cerca de 328 mil euros foram destinados a 23 bolsas de investigação, sete centros de investigação e 20 ações de apoio à formação

em oncologia.

O cancro é a segunda causa de morte mais frequente em Portugal, com 50 mil novos casos em 2018, sendo o cancro colorretal, da mama e da próstata os tipos de mais prevalentes em Portugal.

De acordo com dados do Globocan 2020, o número de casos estimados de cancro em 2020 atingiu 19 milhões a nível mundial (ambos os sexos, todas as idades), estimando-se que em 2040 atinja um total de 28,9 milhões de pessoas em todo o mundo.



MELHORES EMPRESAS PARA TRABALHAR



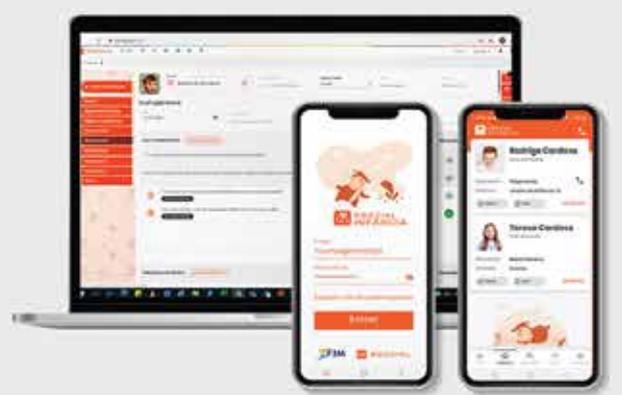
em 2023 queremos continuar a proporcionar...

INOVAÇÃO | TECNOLOGIA | SEGURANÇA

DESMATERIALIZAÇÃO | FORMAÇÃO CERTIFICADA



F3M Analytics
Mais e melhores análises de gestão pensadas para apoiar os decisores na tomada de decisão.



eSOCIAL INFÂNCIA
Plataforma 100% WEB, ajustada às necessidades específicas dos processos individuais de utentes da área da infância.



MpDS Wounds
Instrumento de captação, identificação, caracterização e acompanhamento de úlceras de pressão e outras feridas.

INSTITUIÇÕES MAIS EFICIENTES E PRÓXIMAS DOS UTENTES.

www.f3m.pt







COOPERAÇÃO PARA O SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO EM 2023

Um acordo com virtualidades e interrogações

O ano de 2022 terminou com o Governo e o Sector Social Solidário a chegarem a acordo quanto ao reforço da cooperação, traduzida na assinatura de uma Adenda extraordinária ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2021-2022, que reforça as comparticipações do Estado em 5% no ano de 2023 e consagra um apoio extraordinário no valor de 75 milhões de euros para 2022 e 2023.

A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, na cerimónia de apresentação da Adenda, que decorreu na sede do Instituto da Segurança Social, em Lisboa, apelidou o acordo de “histórico”.

Por seu turno, o presidente da CNIS, que não se deslocou a Lisboa por motivos de força maior e que interveio via Zoom, começou por considerar que a “esta Adenda tem inequívocas virtualidades”, mas “deixa, também, algumas interrogações”. Lino Maia considera que o apoio extraordinário de 2022 é bem-vindo, mas a antecipação de parte das atualizações dos acordos de cooperação de 2023 “podem vir demasiado cedo”, por poder criar uma falsa abundância à IPSS, complicando a sua gestão.

Pelo lado do Governo, a ministra Ana Mendes Godinho destacou a importância do reforço no apoio do Estado ao Sector Social Solidário.

“Esta atualização histórica das comparticipações traduz-se em duas dimensões: um aumento estrutural das comparticipações de 5% para 2023 e apoios extraordinários para 2022 e 2023 no valor de 75 milhões de euros”, sustentou a governante, acrescentando: “Este é um dia marcante porque estamos a honrar o compromisso de há um ano em reforçarmos a cooperação e manter um diálogo permanente”.

Para a ministra, para além de medidas que representam um investimento de 150 milhões de euros, a Adenda integra ainda outras medidas que vão no sentido da “valorização salarial” dos trabalhadores do Sector Social e Solidário.

Por seu turno, o primeiro-ministro António Costa relevou que o Governo assumiu “desenvolver uma cooperação avançada” e concretizar “um aumento histórico das comparticipações do Estado”.

Para o primeiro-ministro, o Governo tem ainda mais “dois instrumentos” para apoiar o Sector Social e Solidário e que são uma verba de 205 milhões de euros para as IPSS desenvolverem a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e de Cuidados Paliativos, e, ainda, 417 milhões de euros para uma nova edição do PARES (para a requalificação e alargamento das redes de equipamentos sociais), para uma nova geração de apoios domiciliários, para o desenvolvimento de um projeto piloto de radar social e, ainda, no âmbito da mobilidade verde, para a aquisição de viaturas 100% elétricas.

António Costa elogiou mesmo “a grande mobilização das instituições”, o que facilitou



o envio das verbas do PRR pela Comissão Europeia, enfatizando: “Juntos vamos conseguir executar o PRR”.

O presidente da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) lembrou que, “depois de dois anos de Covid, em que o Sector foi completamente posto à prova e que, mais uma vez, deu uma resposta que honra a todos, tudo o que menos precisava era desta inflação descontrolada”, o que fez soar alguns alarmes: “Isto levou logo a pensar na nossa sustentabilidade”.

Para Manuel Lemos, “só foi possível ultrapassar este momento pela cooperação com o Estado”, tornando possível que, em termos de Misericórdias, “nenhuma tivesse fechado portas, malgrado os velhos do Restelo profetizarem o fim iminente do Sector”.

Sobre se o reforço financeiro envolvido na Adenda chega para as necessidades das instituições, o líder da UMP foi claro: “É óbvio que se o montante fosse maior, nós não o enjeitaríamos... Mas, como diz o doutor Lino Maia, este valor é o possível! E, nós, não confundimos o possível com o desejável. A verdade é que o Sector sempre se colocou do lado da solução e não do lado do problema, por isso, a nossa cooperação é virtuosa, é serena e é construtiva”.

Por seu lado, Luís Alberto Silva, presidente da União das Mutualidades Portuguesas, considerou que o acordo “representa um esforço do Governo no sentido de minimizar o impacto da inflação no Sector Social e Solidário”, enquanto Joaquim Pequicho, da Confederação Cooperativa Portuguesa (Confecoop), agradeceu ao Governo por “manter os princípios do pacto social, por estar atento à realidade das organizações e das pessoas” e deixou elogios à ministra Ana Mendes Godinho, que descreveu



como “a expressão de um sorriso inspirador e a solidariedade expressa nos afetos”.

Com esta Adenda extraordinária, a comparticipação do Estado para o ano de 2023 aumenta 5%, havendo ainda um reforço extraordinário de 2,1%, para o corrente ano de 2022, com efeitos retroativos a janeiro, e para 2023, sendo de 3,5 % para as respostas sociais de ERPI, Lar Residencial, Centro de Dia, Residência Autónoma e Estrutura de Acolhimento.



COOPERAÇÃO

Adenda sobre apoio extraordinário para o Sector Social

Face ao contexto que vivemos resultante das consequências da invasão da Ucrânia pela Federação Russa e da evolução da inflação que conduziu a um aumento dos preços, é fundamental reforçar a liquidez das entidades do setor social para fazerem face às necessidades de respostas sociais existentes.

Neste contexto, é celebrada entre os Ministérios da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde e a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a União das Mutualidades (UM) e a Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL (CONFECOOP), a presente Adenda relativa a **apoios extraordinários para o setor social e solidário e que procede à atualização das participações para 2023**, que é objeto de aceitação pelas partes e se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula I

Apoio Extraordinário Único

Será atribuída uma participação única extraordinária, no processamento do mês de dezembro de 2022, no valor de 37,9 milhões de euros, a distribuir pela generalidade das respostas sociais com acordo, para minimizar os efeitos da inflação e fazer face a despesas extraordinárias de funcionamento decorrentes do aumento de preços de energia (gás e eletricidade), alimentação, e outros produtos e serviços variados, correspondendo a:

- a. Um aumento de 2.1%, para a generalidade das respostas sociais, típicas e atípicas, à exceção das respostas de Centro de Dia, e das respostas de caráter residencial, designadamente Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Lar Residencial, Residência Autónoma e Lar de Infância e Juventude, face às participações financeiras devidas por força dos acordos de cooperação.
- b. Um aumento de 3,5%, para as respostas sociais de Centro de Dia, e para as respostas de caráter residencial, designadamente Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Lar Residencial, Residência Autónoma e Lar de Infância e Juventude, face às participações financeiras devidas por força dos acordos de cooperação.

Cláusula II

Atualização dos Valores das Participações Financeiras

1- A participação financeira prevista no artigo 16.º da Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, na sua redação atual, devida por força dos acordos de cooperação celebrados para as respostas sociais típicas, aumenta 5%, em 2023, face ao observado em 2022, para atualização de todos os acordos relativos às respostas sociais constantes do Anexo I à presente adenda, o qual é parte integrante da mesma.

2- A participação financeira devida às instituições por força de acordos de cooperação respeitantes a respostas sociais não abrangidas pelo número anterior ou que possuem cláusulas especiais que carecem de homologação é atualizada em 5%, face ao observado em 2022, a partir de 1 de janeiro de 2023.

Cláusula III

Participação extraordinária em 2023

1- No ano de 2023, será atribuída, para fazer face ao acréscimo excepcional de despesas uma participação adicional extraordinária no valor de 38,12 milhões de euros, a distribuir pela generalidade das respostas sociais com acordo, correspondendo a:

- a. Um aumento de 2.1%, para a generalidade das respostas sociais, típicas e atípicas, à exceção das respostas de Centro de Dia, e das respostas de caráter residencial, designadamente Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Lar Residencial, Residência Autónoma e Lar de Infância e Juventude, face às participações financeiras devidas por força dos acordos de cooperação.
- b. Um aumento de 3,5 %, para as respostas sociais de Centro de Dia, e para as respostas de caráter residencial, designadamente Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Lar Residencial, Residência Autónoma e Lar de Infância e Juventude, face às participações financeiras devidas

por força dos acordos de cooperação.

2- A participação extraordinária referida no número anterior pressupõe o respeito de que o complemento excepcional de meia pensão atribuído no mês de outubro de 2022, se destina aos utentes pensionistas.

3- A atualização das participações familiares para 2023, será realizada nos termos previstos na legislação em vigor, de acordo com a declaração de rendimentos em sede de IRS.

Cláusula IV

Pagamento das Participações Financeiras

Os valores das participações financeiras previstas nas cláusulas I, II e III serão processados da seguinte forma:

1. Em dezembro de 2022:
 - a. A participação única e extraordinária prevista na Cláusula I;
 - b. A participação adicional extraordinária prevista na Cláusula III;
 - c. O montante correspondente a 4,2% do total da atualização dos valores das participações financeiras, prevista na Cláusula II, o que corresponde a 84% do montante global da atualização de 5% para 2023.
2. Em 2023, em processamentos mensais, a partir do mês de fevereiro, com efeitos ao mês de janeiro desse ano, o montante correspondente a 0,8% do total da atualização dos valores das participações financeiras, prevista na Cláusula II, o que corresponde a 16% do montante global da atualização de 5% para 2023.

Cláusula V

Compromisso de valorização salarial

1- As ERSSS outorgantes da presente adenda comprometem-se a promover aumentos salariais aos trabalhadores que exercem funções nas respostas sociais, tendo em atenção o previsto no Acordo de Rendimentos, Valorização dos Salários e melhoria da Competitividade, pagos a partir de janeiro 2023.

2- A presente adenda é aplicada a instituições do setor social outorgantes de convenção coletiva de trabalho recentemente celebrada e/ou revista, como forma de valorizar a formação e a qualificação dos trabalhadores e a promoção de trabalho digno.

3- Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se convenção coletiva de trabalho recentemente celebrada e/ou revista, a que tenha sido outorgada ou renovada num período à menos de 3 anos.

4- Consideram-se também integradas no disposto nos números anteriores, as situações abrangidas por portaria de extensão.

Cláusula VI

Creche Familiar

1- Assumindo como um dos principais desígnios do XXIII Governo Constitucional e das Entidades Representativas do Setor Social e Solidário o combate à precariedade laboral e a valorização salarial dos profissionais do setor social e solidário, e tendo em consideração a atualização do valor das participações da Segurança Social aos acordos de cooperação de Creche Familiar, operadas pela adenda regular ao compromisso de Cooperação com o Setor Social e Solidário para o Biénio 2021-2022, as Entidades Representativas do Setor Social e Solidário comprometem-se a garantir que as profissionais que prestam serviços enquadradas nesta resposta social, auferem, a partir de 1 de janeiro de 2023, uma remuneração bruta mínima de acordo com as percentagens definidas no anexo II à presente adenda e que dela faz parte integrante, aplicadas sobre os valores definidos para os acordos de cooperação para a resposta de creche familiar, constando os valores para 2023 do Anexo I à presente adenda. ~

2- O Governo compromete-se, durante o ano de 2023, a aprovar um mecanismo de apoio à contratação sem termo de profissionais que prestam serviços às instituições particulares de solidariedade social, e legalmente equiparadas, no enquadramento de creche familiar.

3- O mecanismo traduzir-se-á num apoio financeiro direto às instituições para conversão de contratos e apoio à contratação sem termo e valorização dos salários.

4- As Entidades Representativas do Setor Social e Solidário

al e Solidário e atualização das comparticipações 2023

comprometem-se a promover a adesão das suas associadas ao previsto nos números anteriores, no sentido da conversão dos vínculos contratuais e da promoção da respetiva valorização salarial das Amas enquadradas em Creche Familiar.

5- A integração das amas inseridas em creche familiar, nos termos previstos nos números anteriores, será enquadrada no âmbito da contratação coletiva.

6- Os valores dos acordos de cooperação para a resposta de creche familiar, são os definidos em anexo à Adenda Regular ao Compromisso de Cooperação com o Setor Social e Solidário para o Biénio 2021-2022, para todas as crianças que se encontrem a frequentar a resposta.

Cláusula VII Adequação à medida da Gratuidade das Creches e Creches Familiares

1- Os acordos de cooperação celebrados ao abrigo da Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, na sua redação atual, para o desenvolvimento das respostas sociais Creche e Creche Familiar, devem ser revistos no prazo máximo de 2 anos, por forma a adequar gradualmente o funcionamento dos serviços e equipamentos às disposições constantes na Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho, na sua redação atual, sem prejuízo da aplicação do novo modelo de financiamento decorrente da medida da gratuidade das creches e creches familiares, que se encontra em curso.

2- O disposto no número anterior não prejudica a observância das regras, condições e critérios definidos na Portaria n.º 196-A/2015, de 1 de julho, na sua redação atual e em instrumentos regulamentares aprovados pelo membro do Governo responsável pela área da segurança social.

3- Em situações excecionais, devidamente justificadas e acordadas entre os outorgantes, o disposto no n.º 1 pode ser objeto de alteração, mediante autorização do membro do governo responsável pela área da segurança social.

Cláusula VIII Vigência e publicitação

A presente Adenda ao Compromisso de Cooperação:

- Vigora a partir da data da sua outorga;
- É publicitada nos sítios eletrónicos institucionais do ME, do MTSSS e do MS, bem como nos sítios eletrónicos institucionais da UMP, da CNIS, da UM e da CONFECOOP;
- É divulgada às organizações representativas do setor social e aos respetivos serviços competentes dos ministérios outorgantes.

Lisboa, 12 dezembro de 2022.

O Ministro da Educação
João Costa

A Ministra do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social
Ana Mendes Godinho

O Ministro da Saúde
Manuel Pizarro

O Presidente da União das Misericórdias Portuguesas
Manuel de Lemos

O Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
Lino da Silva Maia

O Presidente da União das Mutualidades Portuguesas
Luís Alberto Silva

O Vice-Presidente da Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL
Joaquim Pequicho

ANEXO I

(a que se refere o n.º 1, da Cláusula II)

Comparticipações Financeiras

1. A comparticipação financeira da segurança social, utente/ mês para o ano de 2023, é a seguinte:

Resposta Social	Valor €	
Creche	460,00	
Creche Familiar	1ª e 2ª criança em ama	396,86
	3ª e 4ª criança em ama	444,49
	Apenas 1 criança em ama e esta tiver deficiência Mais de 1 criança em ama sendo uma delas com deficiência	793,72 888,96
Centro de atividades de Tempos Livres	Funcionamento clássico com almoço	102,73
	Funcionamento clássico sem almoço	82,38
	Extensões de horário e interrupções letivas com almoço	86,10
	Extensões de horário e interrupções letivas sem almoço	54,73
Lar de Infância e Juventude	863,66	
Lar de Apoio	889,49	
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão	628,63	
Lar Residencial	1264,65	
Estrutura Residencial para pessoas Idosas	493,67	
Centro de dia	147,00	
Centro de convívio	66,44	
Apoio domiciliário	320,79	
Centro de noite	330,88	
Centro de Apoio à Vida	Atendimento	165,66
	Atendimento e Acolhimento	654,49

2. A comparticipação da segurança social, família/mês, para o ano de 2023 é a seguinte:

Resposta Social	Valor €	
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Preservação familiar	153,12
	Reunificação familiar	255,21
	Ponto de encontro familiar	242,46

3. A comparticipação da segurança social, utente/mês para o ano 2023 respeitante a acordos de cooperação celebrados ao abrigo do princípio da diferenciação positiva, é a seguinte:

Resposta Social	Valor €	
Creche	Isolada	258,99
	Acoplada	213,92
Estrutura Residencial para pessoas idosas	0<dependentes <20%	577,40
	20%<dependentes <40%	614,56
	40%<dependentes <60%	717,36
	60%<dependentes <80%	792,43
	Dependentes >80%	816,93

Anexo II

(a que se refere o n.º 1, da Cláusula VI)

Creche Familiar	% Ama	% Creche Familiar
1 criança em ama	100%	0%
2 crianças em ama	100%	0%
3 crianças em ama	85%	15%
4 crianças em ama	70%	30%

WWW.SOLIDARIEDADE.PT BATE RECORDE

Mais de 16 milhões de visitas ao site no ano de 2022

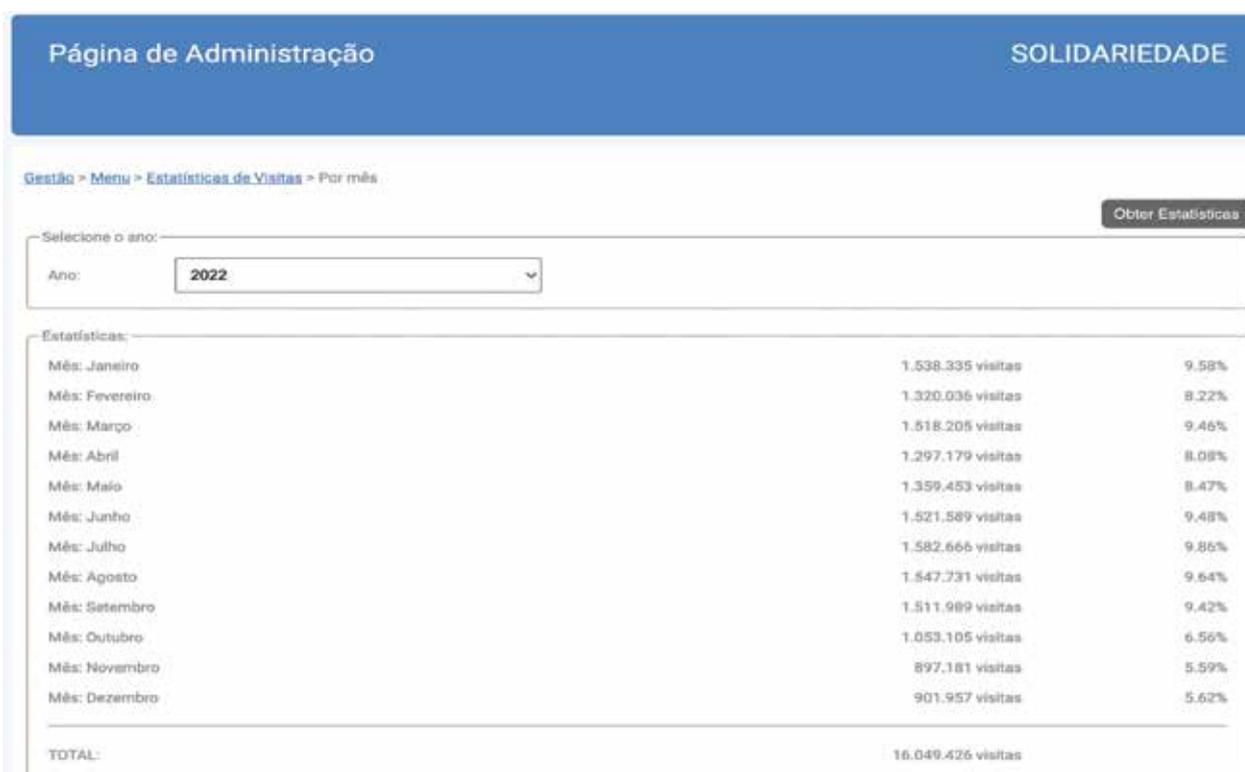
O site do jornal Solidariedade (www.solidariedade.pt), no ano de 2022, registou mais de 16 milhões de visitas, um crescimento da ordem dos 60 por cento em relação ao número de vistas do ano anterior (10.781.266). O ano passado o site tinha ultrapassado pela primeira vez a fasquia das 10 milhões de visitas. No ano anterior, em 2020, foram 7,3 milhões as entradas em www.solidariedade.pt. Agora foi estabelecido um novo máximo de 16.049.426 acessos, uma média diária de 44 mil consultas ao site.

O mês de julho, com 1.582.666, foi o que assinalou maior número de visitas seguido de perto pelo mês de agosto e fevereiro. Apenas os meses de novembro e dezembro registaram valores abaixo do milhão de acessos. Em jeito de curiosidade, refira-se também o recorde diário obtido no dia 9 de março com 96.672 visitas.

As consultas a www.solidariedade.pt apresentam uma evidência. Os dias de maior tráfego têm coincidido com as situações mais apelativas do ponto de vista mediático no que diz respeito aos assuntos do Sector Social Solidário. Assim, quando se olha para o registo dos temas que maior atenção mereceram por parte dos que procuram a informação do site do jornal Solidariedade verifica-se que os artigos com mais leituras foram os que trataram os apoios financeiros ao Sector Social, o Orçamento de Estado, a Adenda ao Compromisso de Cooperação, o acordo com o governo para a Cooperação 2023 e a transferência de competências para as autarquias.

Confirma-se desta maneira que o ranking das matérias informativas mais procuradas revela um interesse superior pelo que pode afetar o funcionamento das instituições e a situação de utentes e funcionários, o que nos permite pensar que muito do público-alvo do www.solidariedade.pt é constituído por pessoas relacionadas com o setor social solidário.

Este reforço da visibilidade das realidades do Setor Social Solidário tem também que ver com a conjunção que tem sido feita nas redes sociais, designadamente no facebook, onde são



replicadas as matérias do site.

Outro dado a ter em consideração é o facto de continuar a haver um aumento daqueles que se registam para receberem a newsletter do Solidariedade. São cerca de 11 500 as pessoas que colocaram voluntariamente os dados pessoais no formulário de registo.

Este recorde de 16 milhões de visitas no ano de 2022 começou a ser construído a partir do mês de outubro de 2021 quando o número de visitas ao site do jornal Solidariedade (www.solidariedade.pt) registou um aumento significativo, logo após ter sido feita uma atualização do protocolo de segurança digital. A explicação pode estar relacionada com o facto de se ter reforçado o tipo de segurança, passando a usar o SSL (Secure Sockets Layer) que permite a comunicação criptografada, certificando a proteção de dados, a autenticidade do servidor

e dos utilizadores. Agora a extensão do link é <https://www.solidariedade.pt>.

A estratégia de aposta no formato online teve início em Maio de 2014, por ocasião do décimo aniversário da segunda fase do projeto do órgão de comunicação social da CNIS. Em 2014 o site registou cerca de 1 milhão e 600 mil visitas; em 2015 subiu para 3, 4 milhões; em 2016 alcançou a marca de 3,7 milhões; e em 2017 atingiu o recorde de 4,4 milhões de visitas.

A equipa do Jornal Solidariedade agradece este interesse crescente pela versão online do Solidariedade, o que reforça o empenho e dedicação com que se tem levado a cabo esta missão informativa a propósito do universo social solidário de que é composta a CNIS. A última grande atualização do site foi feita em 2014, altura a partir da qual a afluência tem vindo, de ano para ano, sempre a aumentar.

DEPOIS DO SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO

Rede de creches gratuitas alargada ao sector privado

Desde o dia 1 de janeiro de 2023, as creches do sector privado, que aceitam o regime de gratuitidade, passam a estar disponíveis nos concelhos onde já não existam vagas no setor social.

As crianças nascidas após 1 de setembro de 2021 vão poder frequentar escolas privadas pagas pelo Estado, sob a condição de os estabelecimentos se inscreverem no site da Segurança Social para ter acesso a este acordo com o Governo.

“Desde o dia 1 de janeiro de 2023 que a medida da gratuitidade chega às crianças nascidas após 1 de setembro de 2021 que pretendam frequentar as creches da rede lucrativa e da rede

solidária sem acordo de cooperação, localizadas nos concelhos em que não haja vagas gratuitas da rede solidária com acordo de cooperação ou da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)”, explica o Instituto da Segurança Social (ISS), numa nota publicada no seu site. Até ao final de 2022 mais de 7.200 crianças já estavam registadas para beneficiar de creches gratuitas no setor privado, disse a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho. Na área da Creche Feliz no site da Segurança Social podem ser consultadas as creches com vagas disponíveis e, caso não haja oferta nos concelhos de residência ou de trabalho,

“pode sinalizar o interesse em vagas gratuitas [no privado] (Vagas disponíveis - até aquisição da marcha (berçário) e Vagas disponíveis em Creche na Rede Solidária_Sala entre a aquisição marcha e os 24 meses)”. Segundo a ministra da Segurança Social a gratuitidade das creches “é uma medida que neste momento já abrange 45 mil crianças”

O pagamento do Estado cobre a mensalidade e a extensão de horário, mas não inclui as atividades extracurriculares e as fraldas para os bebés e crianças. Tal como no setor social, a medida das creches gratuitas define que o Estado vai pagar 460 euros por mês, por cada criança.

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde



O empreendedorismo

1 - Começou durante o cavaquismo, com a adesão à CEE e à conta dos fundos que desde então têm afluído com religiosa regularidade, em substituição das especiarias quinhentistas, do pau brasil e do ouro, igualmente do Brasil, nos séculos XVII e XVIII, e das remessas dos emigrantes, no século XX.

A principal diferença entre essas fórmulas do passado e a dos fundos europeus é que, no que respeita às especiarias e aos recursos recebidos do Brasil, quem deles aproveitou foram a Coroa e a Fazenda, e, quanto às remessas dos emigrantes, foram elas que permitiram a acumulação do capital da aliança entre a banca e a grande indústria que sustentava o regime de Salazar e Caetano, enquanto os fundos europeus tiveram o mesmo efeito que as leis de desamortização de Joaquim António de Aguiar, dito o Mata-Frades.

Por essas leis, como se sabe, o Estado expropriou os bens da Igreja, chamados de mão-morta, que depois vendeu ao desbarato à burguesia liberal afeiçoada ao Regime, atribuindo aos compradores como contrapeso títulos de barões e baronetes.

Era a esse propósito que Garrett referia o dito popular: “Foge, cão, que te fazem barão! Mas, para onde, se me fazem visconde?”

(O próprio Garrett foi feito visconde; às vezes, mais vale estar calado ...)

Afonso Costa veio mais tarde repetir a estratégia de confisco dos bens da Igreja, com as Leis de Separação do Estado das Igrejas – distribuindo-os pelos apoiantes do Partido Democrático.

2 - Voltando ao início da crónica, o que começou com o cavaquismo foi a emergência como grupo homogêneo dos chamados empreendedores, especialistas no saque dos fundos europeus e legítimos herdeiros do papel de sustentação do regime vigente – que os sustenta e mima.

(Num artigo, creio que no Expresso, Francisco Louçã disse mais ou menos isto, tanto quanto me lembro: “ouço a palavra empreendedor e fico logo alerta!”)

São, normalmente, jovens; possuem, sempre, ambição; são, igualmente, dinâmicos; em regra, são bem remunerados; com frequência, têm um curso de gestão a mais variada.

São os yuppies – segundo a definição do Dicionário Priberam de Língua Portuguesa, “jovem executivo, geralmente bem remunerado, dinâmico e ambicioso.”

Em Portugal, mais especificamente, são os JEEP – “Jovens Empresários de Elevado Potencial” – inovação corporativa da década de 90 do século XX.

O que é certo é que essa nova qualidade – o ser-se empreendedor – passou a figurar como

palavra-passe para acesso às novas grutas de Ali-Babá e para delas retirar os correspondentes proveitos.

Desde 1985 que, da CEE, hoje, União Europeia, tem chegado dinheiro a rodos, que era e é preciso gastar; e a abundância dos fundos europeus depressa encontrou escoamento em projectos da mais variada natureza e dos mais diversos matizes, tantas vezes sem outras virtualidades que não o seu próprio escoamento.

Foi a época das piscinas e dos jipes à conta dos fundos para a agricultura, dos programas de formação sem formadores, sem formandos, ou sem utilidade, do financiamento de iniciativas falidas, dos gabinetes de projectos especializados na linguagem tecnocrática dos corredores de Bruxelas.

Tais empreendedores foram-se acolhendo no regaço dos partidos dominantes, aqueles que têm duradouramente integrado ou chefiado os sucessivos governos, desde a década de 80 do século passado até aos dias de hoje – e que são o PS e o PSD.; ou nos seus círculos de influência.

E passaram a escrever os seus currículos e a exibir os seus cargos em inglês – exibindo uma vocação cosmopolita, mais compatível com os respectivos merecimentos.

(Embora tenham a mesma raiz, que distância semântica vai do pequeno-burguês novecentista “gerente” – “aquele que gere” – para um mais moderno “gestor” – igualmente “aquele que gere”!

E que diferença entre o “gestor” e o CEO, ou o Chairman – que hoje qualifica qualquer empresário que se preze; e até mesmo gestores públicos!

Pois não é verdade que a imprensa trata sempre pelo acrónimo CEO o novo Director Executivo do SNS – a joia do serviço público)?

3 – Estou bem acompanhado nesta rejeição de alguma dessa nova linguagem e do deslumbramento parolo donde provém.

Na sua intervenção, enquanto Presidente da Comissão Organizadora do Dia de Portugal, em 2022, em Braga, o Professor Jorge Miranda manifestou igualmente a sua estranheza e discordância com o uso indiscriminado do inglês nos códigos da comunicação de portugueses, com portugueses, em Portugal – quando há palavras da “portuguesa língua” para dizer o mesmo.

E, no programa da CNN do passado fim de semana, “O Princípio da Incerteza”, José Pacheco Pereira, ao falar da ex-Secretária de Estado do Tesouro, também referiu com desdém os currículos em inglês como traço tristemente distintivo desse clã de CEOs e gestores.

Esta internacionalização da linguagem bebe do mesmo registo com que nos é apresentada a necessidade de os gestores públicos em Portugal

terem atribuídas remunerações que escandalizam uma normal consciência cívica ou moral.

Que é para os manter entre nós, para evitar que fujam para as empresas estrangeiras, que os seus elevados méritos justificariam ... dizem ...

Como se fossem o Messi, ou, em seu tempo, o Cristiano Ronaldo ...

(Embora se tenha de pagar para dar aulas na Universidade de Colúmbia, em vez de receber salário, como caberia a quem trabalha ...)

Há dois meses, na crónica que aqui mesmo publiquei, referia-me à circunstância perversa de o recrutamento do pessoal político se ter reconduzido de forma crescente ao universo empresarial e à sua cultura – em desfavor da cultura do serviço público ou da academia, como era de tradição.

E de o universo das empresas e o do pessoal político ser o mesmo, ocupando os seus membros, à vez, lugares num ou noutra lado desse mesmo mundo – e trocando de par, como no vira.

Cito-me a mim mesmo: “Não me interessa aqui se um ministro pode ou não ser dono de uma empresa, ou deter partes do capital dessa empresa; ou se o empresário marido de uma ministra pode ou não contratar com o Estado e lucrar – mesmo legitimamente – com o negócio.

O meu ponto é que quase não há ministro, ou titular de outro cargo, que não seja, ou tenha sido, empresário – ou seja de famílias habituadas à cultura empresarial.

Há quase como que uma osmose – como diria o Herman – entre a tribo dos políticos e a turba dos empresários.

A política vai às empresas, ou ao mundo e à cultura das empresas, recrutar o seu pessoal; ou esse pessoal político, a partir do estrado em que se encontra, cria empresas e proporciona-lhes oportunidade de negócios, para responder a necessidades, efectivas ou inventadas, que lhes compete prover.”

A crise que por estes dias tem assolado o Governo, à conta dos 500.000 euros da ex-Secretária de Estado do Tesouro, deve-se apenas a essa distorção da área de recrutamento dos membros do Governo – que pensam que pode extorquir-se aos cofres do Estado por uma gestão falida o que a iniciativa privada paga por resultados.

Até o Primeiro Ministro veio hoje (2 de janeiro) dar-nos conta de que pensa o mesmo que o País quanto ao desconforto que a gestora da TAP e da NAV ingenuamente lhe ofereceu.

CASES – COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL

Augusto Flor, Deolinda Meira e Johnson distinguidos com Prémio Cooperação e Solidariedade 2022

Já estão encontrados os vencedores do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2022.

O Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio, criado pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES) em 2012, destina-se a homenagear as pessoas singulares e coletivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido em domínios relevantes para a Economia Social, contando com cinco categorias e um Prémio de Honra, dividido em duas subcategorias.

O Prémio de Honra Personalidade da Economia Social 2022, na subcategoria Honra à Carreira, é atribuído, «ex aequo», a Augusto Máximo Flor e a Deolinda Meira. Já na subcategoria Honra à Capacidade Empreendedora, a distinção é atribuída, a título póstumo, a João Semedo Tavares, fundador da Academia do Johnson.

Johnson, como era conhecido, faleceu aos 50 anos, no dia 30 de novembro de 2022, vítima de doença prolongada. Até ao último momento trabalhou e esteve presente diariamente na Academia, acompanhando crianças e jovens num trabalho de prevenção precoce e intervenção multidisciplinar, em rede com escolas, pais, comunidade, e sector público, social e privado. A sua memória irá perpetuar-se através do seu legado.

Na categoria de Inovação e Sustentabilidade, a presente edição premiou, o prémio vai «ex aequo» para a Associação Espaço t, com o projeto Brigadas Espaço t (que leva ateliês artísticos e lúdico-terapêuticos a cerca de 50 lares e centros de dia dos concelhos do Porto, Matosinhos e Maia, como forma de inclusão e diminuição do isolamento), e para a Mundo a Sorrir, com o projeto Centro de Apoio à Saúde Oral – C.A.S.O. (que presta intervenções médico-dentárias e acompanhamento psicossocial a populações socioeconomicamente vulneráveis, residentes nos concelhos do Porto, Braga, Lisboa e Cascais). São ainda atribuídas duas menções honrosas, uma ao Centro Humanitário de Tavira - Cruz Vermelha Portuguesa, com o projeto Info. Cuidador, e outra à VERDE - Associação para a Conservação Integrada da Natureza, com o projeto Carbono Biodiverso.

Já na categoria de Estudos e Investigação é premiada Sílvia Ferreira et al., com o estudo «Trajetórias Institucionais e Modelos de Empresa Social», o qual contribui para o conhecimento do significado, perfil, contexto institucional e papéis das empresas sociais em Portugal, de modo a ajudar a fortalecer o seu papel na resolução de problemas sociais e societários. São ainda atribuídas três menções honrosas a Ana da Silva Costa, com o estudo «Divulgação Voluntária da Informação e Sustentabilidade: Estudo Aplicado às IPSS Portuguesas», Francisco do Adro, com o trabalho «Empreendedorismo, Inovação e Performance nas Organizações Sem Fins Lucrativos Portuguesas» e ainda a José



Henriques, com o estudo «As Cooperativas de Distribuição de Água do Sul do Concelho de Paredes».

Na categoria de Estudos e Investigação na Lusofonia a distinção vai para Isabela Moreira et al., com o estudo «Papéis e Desafios das Cooperativas da Agricultura Familiar no Processo de Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Cidades de Minas Gerais, Brasil», cujo objetivo foi compreender os desafios e os papéis assumidos pelas cooperativas e associações da agricultura familiar no processo de compra governamental de alimentos por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) brasileiro. É ainda atribuída uma menção honrosa a Alan Freitas et al., pelo estudo «Tripla Natureza das Cooperativas do Setor Mineral: Desvelando as Características da Gestão Social, Econômica e Ambiental».

Na categoria de Trabalhos Jornalísticos, a vencedora é Catarina Marques pela reportagem «Eu, a minha mochila e mais nada!», emitida na SIC, a qual promove o debate sobre o

acolhimento de crianças em risco e alerta para o facto de Portugal ser o país da Europa com maior percentagem de crianças em perigo colocadas em instituições. É ainda atribuída uma menção honrosa a Maria João Morais, pelo artigo «Fratellini: no Monte da Caparica fabricam-se gelados que transformam vidas».

Por fim, na categoria de Trabalhos de Âmbito Escolar, a presente edição premeia, «ex aequo», o Agrupamento de Escolas de Alcanena, com o projeto CurtAlgas (projeto de desenvolvimento de um produto de origem 100% natural, com extratos de algas, em substituição de produtos químicos tóxicos processo de curtimenta do couro), e o Agrupamento de Escolas de Vagos, com projeto AE VAGOS: uma escola que também é clube náutico (projeto promotor da criação de um Centro de Formação Desportiva de Desportos Náuticos (CFD), integrado como subprograma do projeto de Desporto Escolar).

A cerimónia pública de entrega do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio 2022 terá lugar no primeiro trimestre de 2023, em lugar e data ainda a definir.

VERBA DESTINA-SE ÀS ÁREAS ATINGIDAS PELOS INCÊNDIOS EM 2022

Aviso de 12 milhões de euros para intervenção na rede de equipamentos sociais

O Governo publicou um aviso do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de 12 milhões de euros, para a rede de equipamentos sociais de áreas atingidas pelos incêndios em 2022.

A medida destina-se aos territórios que foram particularmente afetados pelos incêndios rurais do ano passado, nomeadamente os concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) – Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia –, bem como para os concelhos com uma área ardida acumulada, em 2022, igual ou superior a 4.500 hectares ou a 10 % da sua área.

Segundo o texto do aviso, os beneficiários finais são as IPSS ou equiparadas, as autarquias e outras entidades públicas, e outras entidades de direito privado sem fins lucrativos, de utilidade pública, que detenham no âmbito do seu objeto estatutário a área social.

O Governo lança o apelo a todas as entidades do Sector Social dos concelhos abrangidos pelo PNSE e dos restantes que podem recorrer aos apoios divulgados.

As candidaturas podem ser efetuadas até ao



próximo dia 19 de janeiro e devem ser direcionadas para a criação ou a requalificação de lugares em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), a criação de novos lugares para Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e também para Centros de Dia ou Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI).

No presente aviso, está prevista a contratualização de 400 lugares a interencionar.

“No presente aviso encontram-se previstos 400. Assim no total dos avisos já se encontram previstos 19.887 lugares, sendo que os restantes serão alvo de futuros avisos”, lê-se no documento.

CANDIDATURAS PARA O PRÉMIO CAPACITAR ABREM A 17 DE JANEIRO

36 instituições contempladas com mais de 36 mil euros cada do Prémio BPI Seniores

A data escolhida para a divulgação dos vencedores do Prémio BPI Seniores foi Dia Internacional da Solidariedade, que se assinala a 20 de dezembro. Uma escolha feliz e que foi vivida com alegria pelas instituições escolhidas.

E para além disto, foi ainda lançada a Edição 2023 dos Prémios BPI Fundação «la Caixa» Capacitar, Solidário, Seniores e Infância, com uma dotação de mais 4,6 milhões de euros para promover a melhoria da qualidade de vida e a igualdade de oportunidades de pessoas residentes em Portugal.

As candidaturas para os prémios 2023 abrem a 17 de janeiro com o Prémio BPI Capacitar.

A 10ª edição do Prémio BPI Seniores atribuiu 1,3 milhões de euros a 36 projetos que visam dar respostas sociais aos problemas da solidão emocional e social dos mais velhos, evitando o progressivo isolamento na comunidade.

As candidaturas vencedoras, de um total de 215, receberam em média mais de 36 mil euros e vão apoiar mais de 5.700 seniores em situação de vulnerabilidade.

A seleção das candidaturas vencedoras realizou-se através de uma avaliação objetiva dos projetos e das linhas prioritárias estabelecidas, beneficiando ainda do apoio de uma equipa de

21 avaliadores colaboradores ou reformados do BPI que, em regime de voluntariado, reuniram com todas as entidades.

Os projetos distinguidos pretendem oferecer respostas sociais nas seguintes áreas prioritárias: promoção da autonomia pessoal e apoio às atividades diárias; prevenção da fragilidade; intervenção em situações de solidão não desejada e em isolamento social e digital; dinamização do envelhecimento ativo, nomeadamente na promoção de hábitos de vida saudáveis; incentivo de ações comunitárias e de voluntariado; e apoio da melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de dependência, doença crónica ou cuidados paliativos.

As instituições contempladas com mais de 36 mil euros cada do Prémio BPI Seniores 2022 são: Alzheimer Portugal - Delegação da Madeira; Centro de Bem-Estar e Repouso da Paróquia de Sever; Centro Social da Paróquia de Ferreiros; Centro Social de Vila Chã; Centro Social e Cultural de S. Pedro de Bairro; Centro Social Paroquial Nossa Senhora de Fátima; Centro Social, Cultural e Recreativo de Carregosa; Amigos da Estrela - Associação de Solidariedade Social; Associação Centro Medicina Digital P5; Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho; Associação de Socorros da

Freguesia da Carvoeira; Associação Fraterna de Prevenção e Ajuda; Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Penela; Casa do Povo de Alvito; Cercifeira; Compassio - Associação para a Construção de Comunidades Compassivas; Complexo de Neuro-intervenção da Cruz Vermelha Portuguesa; Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Aveiro; Em Diálogo - Associação para o Desenvolvimento Social da Póvoa de Lanhoso; Fundação AMI; Fundação de Nossa Senhora da Guia; Fundação Otília Pessoa Murta Lourenço e Marido Dr. José Lourenço Júnior; Fundação Patronato de Santo António; Grupo de Ação Social do Porto - GASPORTO; Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Redinha; Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso; Movimento 55 Associação; Movimento Transformers; Nascentes de Luz - Associação de Apoio à Família; O Jardim - Centro de Solidariedade Social de Canedo; Projecto Alcantara - Associação de Luta Contra a Exclusão Social; Rio Neiva - Associação de Defesa do Ambiente; Santa Casa da Misericórdia de Espinho; Santa Casa da Misericórdia de Fátima-Ourém; Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém; Sociedade Filarmónica de Apoio Social e Recreio Artístico da Amadora.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

WWW.TRIVALOR.PT

[LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

PRAZO TERMINA DIA 31 DE JANEIRO 2023

Aberto período para as instituições atualizarem a informação da Carta Social

Até ao próximo dia 31 de janeiro, está a decorrer o processo de atualização da informação da Carta Social por referência a 31 de dezembro de 2022. A atualização da informação constante da Carta Social consiste num processo assente na participação das entidades que desenvolvem respostas sociais.

À semelhança dos anos anteriores deve ser utilizado o acesso à plataforma disponibilizado e os respetivos códigos de acesso, sugerindo-se que seja evitado o final do período referido, de forma a prevenir eventuais bloqueios do sistema informático por efeito de sobrecarga.

O Gabinete de Estratégia e Planeamento, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, relembra que, à semelhança das respostas sociais que compõem a Rede de



Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), também já são atualizadas na Carta Social a resposta de Educação Pré-Escolar, as Unidades e Equipas de Cuidados Continuados Integrados, assim como os elementos relativos à Ajuda Alimentar a Carentes.

As instituições podem atualizar a respetiva

informação acedendo à Plataforma de atualização da Carta Social.

Toda a informação referente ao processo de atualização poderá ser consultada no Manual de Instruções e para esclarecimento de dúvidas encontra-se disponível o e-mail da Carta Social (cartasocial@gep.mtsss.pt).



**SOFTWARE IPSS
ECONOMIA SOCIAL**

**SOLIDÁRIOS CONSIGO
DESDE 1995**

Novas versões

US UNIDADES DE SAÚDE	PEM PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (CERTIFICADO SPMS)
CP CONTROLO DE PRESENCAS	PC PROCESSOS CLÍNICOS UCC
ACC ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO	PC PROCESSOS CLÍNICOS ERPI
UTC UTENTES CT (CERTIFICADO AT)	ASS ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
GI GESTÃO DE IMÓVEIS	CNT CONTABILIDADE ESNL
IMO IMOBILIZADO ESNL	LAN LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
ORD ORDENADOS	ORC MÓDULO ORÇAMENTOS



+ de 40
aplicações

Demonstrações
grátis e sem
compromisso

+ de 900
clientes

Assistência
remota

Garantia de
satisfação

Formação
online

Contacte-nos para orçamentos,
demonstrações ou mais
informação.

ENCONTRE-NÓS EM
www.tsr.pt

TELEFONE +351 253 408 326
TELEMÓVEL +351 939 729 729
EMAIL tsr@tsr.pt




PRESIDENTE DA CÂMARA DO PORTO

Dinheiro dos jogos sociais devia ser distribuído por todo o país

O presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, criticou a “centralização” de verbas dos jogos sociais pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e instou os partidos políticos a discutirem a matéria no Parlamento.

“A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa vive do jogo dos portugueses em todo o território nacional e os únicos territórios onde deixa alguma migalha é nos Açores e na Madeira”, afirmou Rui Moreira, durante uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Porto.

Os apelos dos eleitos municipais para que o executivo reforçasse o apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), no âmbito da discussão em torno do programa municipal “Estamos Juntos”, levaram Rui Moreira a considerar “uma vergonha” os partidos políticos com assento no Parlamento “não terem reagido” à carta enviada pelo município a propósito da distribuição equitativa das verbas dos jogos sociais.

“Façam o favor de perguntar no Parlamento porque é que as verbas do jogo não são distribuídas equitativamente pelo país”, instou o autarca independente, destacando que o jogo “é um malefício que tributa principalmente os mais pobres” e que esta matéria é “uma guerra” que “vai deixar feridos”.

Defendendo que a “única vantagem” dos jogos sociais assenta na capacidade de “gerar



receitas que podem ser distribuídas”, o autarca teceu novamente críticas à atuação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

“Aqui [no Porto] sabem quanto é que recebemos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa? Zero”, afirmou Rui Moreira, criticando ainda a forma “escandalosa” como a instituição “fomenta o jogo” nas suas publicidades.

“Só se lembram do interior numa altura, quando a propósito do euro milhões querem gozar as pessoas que vivem no interior pela forma como falam (...) Ainda por cima, a forma como a Santa

Casa da Misericórdia de Lisboa fomenta o jogo é verdadeiramente escandalosa”, acrescentou.

Os eleitos da Assembleia Municipal do Porto aprovaram, por unanimidade, o programa “Estamos Juntos” que, destinado à população idosa que vive em situação de isolamento, visa diminuir o isolamento e promover o bem-estar.

Aos deputados, o presidente da câmara releu ainda a intenção do município criar, em 2023, uma comissão de proteção de apoio ao idoso para “melhor responder às questões do isolamento social”.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

Amas satisfeitas com os aumentos salariais

A associação que representa as amas saudou o anúncio do Governo de aumentos salariais para as trabalhadoras ligadas às Misericórdias e Instituições de Solidariedade Social, defendendo que agora é preciso regularizar “os falsos recibos verdes”.

As amas de creche familiar que acolhem três crianças em casa vão passar a receber mensalmente 1.052 euros e as que recebem quatro crianças 1.177 euros, anunciou a secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes, na comissão parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Inclusão.

“Foram além do que pedíamos, que era o mínimo dos mínimos”, disse a presidente da APRA - Associação dos Profissionais do Regime de Amas, explicando que até agora as amas das Misericórdias recebiam mensalmente cerca de 760 euros assim como a maioria das amas das IPSS. “Apenas duas instituições - uma em Tomar e a Voz do Operário - estão a pagar acima dos 900 euros”, disse Luísa Sousa, explicando que as instituições com autonomia de gestão “nunca pagaram em conformidade com os aumentos que iram recebendo do Estado”.

As amas pediam, por isso, que o seu salário mensal fosse igual ao das amas da Segurança Social, apesar de trabalharem mais horas e de não terem direito aos subsídios de férias e Natal. “O

nosso horário de trabalho deveria ser oito horas por dia, mas são raríssimas as amas que conseguem ter um dia de nove horas de trabalho. Umam trabalham onze e outras chegam a fazer 12 horas por dia”, denunciou Luísa Sousa.

Mais de 90% das amas recebem atualmente cerca de 760 euros, sendo que têm “tudo a seu encargo, desde contas da água, luz, rendas da casa e material de limpeza”, acrescentou.

“Até que enfim. Esta é uma luta que tem doze anos”, disse por seu turno Romana Sousa, também da APRA.

Este é “um grande aumento”, mas também “não é assim tanto como parece”, porque corresponde “quase sempre a onze horas de trabalho por dia e apenas 12 meses por ano”, explicou Romana Sousa, lembrando que sobre estes valores é preciso fazer os descontos para a Segurança Social e IRS e os subsídios de férias e Natal já estão integrados no valor mensal.

Para as duas representantes da associação, a próxima luta é acabar com a precariedade, uma vez que estas profissionais são “falsos recibos verdes, falsas trabalhadoras independentes”.

“Temos um vínculo errado como trabalhadoras independentes, mas só somos independentes para os descontos que fazemos para a Segurança Social

e para o IRS”, contou Romana Sousa.

Segundo Luísa Sousa, a ministra Ana Mendes Godinho garantiu que “a regularização dos vínculos laborais é uma das suas missões enquanto ministra”.

Romana Sousa contou que há muitas amas com mais de 50 anos ainda a trabalhar a recibos verdes e quando se reformam “ficam com pensões muito pequenas, de cerca de 300 euros por mês”.

O anúncio feito por Ana Sofia Antunes na Comissão de Trabalho, onde esteve a ser ouvida juntamente com o secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, a pedido do Bloco de Esquerda sobre a regulação das regras para assegurar a gratuidade da alimentação às crianças em amas integradas no Instituto da Segurança Social.

Ana Sofia Antunes explicou que sempre que a ama receba na sua casa três crianças, 85% do valor processado à IPSS ou à Misericórdia tem de obrigatoriamente reverter para a ama, num valor bruto mensal de 1.052 euros.

Já quando acolhe quatro crianças, 70% do valor transferido à IPSS ou Misericórdia tem de passar a reverter obrigatoriamente para a remuneração da ama, correspondendo a uma mensalidade bruta de 1.177 euros.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



PREVISÕES ECONÓMICAS PARA 2023

O ano de todos os cenários

Não sei o que me deul...

Os que têm a misericórdia de acompanhar estas minhas crónicas sabem que abomino as previsões económicas.

Há muito que tomei para mim a sabedoria de John Kenneth Galbraith, o grande economista americano da segunda metade do século XX, que dizia que fazer previsões em economia era a melhor maneira de dar credibilidade ao ofício dos astrólogos.

Na verdade, os sistemas económicos (em geral os sistemas humanos) são demasiado complexos para caber mesmo no mais sofisticado dos modelos ainda que servidos por uma capacidade de computação infinita.

É como o tempo meteorológico. Os satélites recolhem quantidades colossais de informação, os mais poderosos computadores do planeta tratam essa informação a velocidades siderais e, no entanto, não conseguimos prever o tempo com razoável segurança para mais que 3 ou 4 dias!

Talvez as minhas previsões não sirvam para grande coisa, contudo, quem sabe, o exercício não seja totalmente fútil. Quiçá, daqui a um ano, ainda nos havemos de rir em grande com os meus devaneios.

Nestas alturas lembro-me sempre das palavras que Dante parece ter visto à porta do inferno: “aquí se perca todo o medo; toda a vileza seja proscrita”. Assim sendo, sem medo, aqui vai:

1. Inflação

Vai descer!

Tudo indica que a inflação atingiu o pico e terá começado o ciclo descendente. É provável que a tendência descendente se acentue em 2023 à medida em que o carácter restritivo da política monetária for fazendo o seu caminho e, sobretudo, quando os efeitos de base ficarem mais evidentes.

No segundo trimestre de 2023 estaremos a comparar os preços dessa altura com os preços que vigoravam um ano antes, ou seja, preços que já estavam influenciados pela subida vertiginosa da energia depois da invasão da Ucrânia. À medida que a energia deixar de contribuir para o índice geral, este vai naturalmente baixar.

No final de 2023 poderemos ter uma inflação a rondar os 3% e uma razoável aproximação do índice geral e do índice nuclear (excluindo a energia e a comida).

O que pode correr mal aqui é a energia. A aplicação das sanções à Rússia, o teto para os preços do petróleo russo e a provável relutância da Rússia a vender gás natural para a Europa,

vai obrigar a uma reorganização dos fluxos globais de matérias-primas energéticas numa dimensão nunca vista e num período muito curto.

Gás natural e petróleo russos que faziam o caminho para oeste para a Europa rica terão de encontrar novos compradores do mesmo modo que a Europa terá de encontrar novos fornecedores.

Ninguém faz a mínima ideia de como esta reorganização global vai afetar os preços ou a segurança do abastecimento.

Não é impossível uma ressurgência dos preços para níveis como os que vimos no segundo trimestre de 2022.

Se assim for, lá se vai a minha previsão...

2. Taxas de Juro

Vão subir!

Mesmo no cenário benigno da inflação – trajetória descendente sustentada – as taxas de juro vão subir.

Nos Estados Unidos as taxas de referência estão no intervalo 4,25% - 4,5%, na Europa estão em 2,5 %.

Para os Estados Unidos dispomos de uma informação preciosa. Os decisores da Reserva Federal publicam as suas previsões sobre o caminho futuro das taxas de juro. Não sabemos o que pensa cada decisor, mas sabemos a orientação do coletivo.

Segundo as últimas atas publicadas os decisores da FED antecipam taxas diretoras a subir até ligeiramente acima de 5% e a descer a partir de 2024.

Até onde podem subir as taxas na Europa?

Salvo qualquer surpresa desagradável do lado da inflação, algures entre 3 e 3,5% não parece impossível. Há quem alvitre máximos mais altos, no entanto, se a inflação evoluir como se prevê, ou seja, trajetória descendente e sustentada, não vejo como haja condições “políticas” para ir muito mais longe em matéria de taxas de juro.

3. Recessão Económica em 2023?

Sim! Quase certa na Europa, nos Estados Unidos, talvez!

Só um milagre permitiria à Europa absorver todos os choques resultantes da guerra na Ucrânia, a reorganização dos fluxos globais de matérias primas energéticas, a alta das taxas de juro e a degradação do poder de compra real das famílias, sem que isso implicasse algures uma contração do nível de atividade económica e do emprego.

Nos Estados Unidos, que atualmente são exportadores líquidos de energia, as coisas são um pouco menos evidentes, embora não possamos excluir a possibilidade de taxas de juro elevadas serem suficientes para provocar uma redução da procura agregada que leve a uma recessão.

Tenderia a dizer que não é tanto um tema de sim ou não, mas antes um tema sobre o tipo de recessão que vamos ter. Profunda e longa? Suave e curta?

Os fatores de incerteza são tantos que, neste particular, qualquer palpite não é melhor que lançar uma moeda ao ar.

Quero acreditar que apesar de tudo a probabilidade de suave e curta é um pouco maior que profunda e longa.

Não vos garanto, contudo, que a minha distribuição de probabilidades não seja mais que esse eterno (e muito humano) viés de tomarmos desejos por realidades.

4. Mercados Financeiros

Os mercados financeiros levaram pancada à séria em 2022. Os índices bolsistas globais recuaram cerca de 20%. Alguns tipos de ativos mais especulativos recuaram muito mais. Os títulos de dívida, pública e privada, também perderam valor devido à subida das taxas de juro.

A sangria vai continuar em 2023?

Provavelmente, sim!

Convém lembrar que o que provocou a subida irracional do valor dos ativos, em particular, dos ativos financeiros, foi, em larga medida, a colossal injeção de liquidez feita pelos bancos centrais na sequência da crise de 2008/2009 e, depois, por causa da pandemia.

Essa bolha está muito longe de estar desfeita. O que não sabemos é se os bancos centrais vão ter capacidade (escolhas politicamente aceitáveis, melhor dito) para continuar a esvaziar o balão.

Entalados entre uma inflação que resiste ao controlo e a perspetiva de uma recessão que pode ser dura, qual vai ser a função de reação dos bancos centrais? Continuar a apertar? Amaciar as políticas? Não sabemos!

Não é impossível que, no final de 2023, se o consenso apontar para o alívio das taxas de juro, os mercados financeiros possam renascer qual fénix renovada.

Não daria por garantido!

Para terminar não é uma previsão, é um desejo muito sentido – UM BOM ANO de 2023.



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🥫

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



Que 2023 seja um ano dos bons

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

PROJETO EXISTE HÁ 25 ANOS

Muitos concertos para bebês em 2023

O projeto Concertos para Bebês vai apresentar onze novos programas em 2023, ano em que assinala 25 anos de existência, chegando a cinco cidades nacionais com 34 espetáculos, anunciou a companhia Musicalmente.

Pensado e criado pela Musicalmente para bebês dos zero aos três anos, Concertos para Bebês é uma proposta para toda a família que em 2023 terá apresentações em Leiria - onde a companhia tem sede - e ainda na Marinha Grande, também no distrito de Leiria, em Coimbra, Sintra, no distrito de Lisboa, e Loulé, no distrito de Faro.

Os onze novos programas contam com instrumentistas, bailarinos e criadores de outras áreas como convidados e têm estreia no início de cada mês no Teatro Miguel Franco, em Leiria.

Depois, os espetáculos dos Concertos para Bebês seguem para o Convento São Francisco, em Coimbra, Teatro Stephens, na Marinha Grande, Centro Olga Cadaval, em Sintra, e Cine-Teatro Louletano, em Loulé.

Na nova temporada, os Concertos para Bebês festejam 25 anos de existência. Entre as comemorações, está previsto um espetáculo inclusivo para bebês com necessidades especiais, a realizar em dezembro, no Teatro José Lúcio da Silva, em Leiria.

A programação de 2023 tem início em janeiro, no dia 08, com “4 cordas, tantos colos”, em Leiria, com a violinista Ana Pereira como convidada. O programa é também apresentado em Coimbra no dia 15.

Em fevereiro os Concertos para Bebês estreiam “Tantas cordas, quanta história”, com harpa e teorba como instrumentos convidados, na interpretação de Ana Castanhito e Helena Raposo. Há quatro espetáculos agendados para Leiria (dia 05), Coimbra (12), Marinha Grande (18) e Sintra (19).

Surma volta a atuar nos Concertos para Bebês em março, com um toque de eletrónica em “História de hoje, futuros de sempre”, no dia 05 em Leiria e no dia 12 em Coimbra.

O fado e a guitarra portuguesa são apresentados em abril aos bebês e às famílias em “Fados futuros, guitarras dolentes”, com Vânia Conde e Ricardo Parreira, em Leiria (dia 02), Marinha Grande (15), Sintra (16) e Coimbra (23).

Um programa visual é a proposta para maio, com uma criação de Inesa Markava e Ana Luísa Cunha, “Duendes em risco, salpicar de bebé”. Há apresentações agendadas para Leiria (dia 07), Coimbra (14), Sintra (21) e Loulé (28).

O tubista Gil Gonçalves é o convidado confirmado para junho, em “Bebé maroto, brincalhão gigante”, em Leiria (dia 04), Coimbra (11) e Marinha Grande (17).

“Gigante loucura, solista endiabrado” junta cordas e dispositivos eletrónicos de Hugo Correia à equipa Musicalmente em julho, para concertos em Leiria (dia 02), Coimbra (09) e Sintra (16).

Após a pausa de agosto, os Concertos para Bebês regressam em setembro com “Novos solistas, lábios que dança”, com protagonismo para



Gonçalo de Sousa, que toca harmónica de boca, no dia 03 em Leiria, dia 16 na Marinha Grande, dia 17 em Sintra e dia 24 em Loulé.

Luísa Sobral é já presença regular nos Concertos para Bebês e regressa em outubro com “Dançam palavras, nascem bebês”, em Leiria (dia 01), Sintra (15) e Marinha Grande (21).

Os solistas da Musicalmente saltam para o primeiro plano em novembro com “Bebês somos nós, 25 anos”, no dia 05 em Leiria e dia 19 em Loulé. A fechar o ano, os Concertos para Bebês põem “25 anjos a cantar o Natal”, convidando o coro Schola no Coração para espetáculos em Leiria (dia 03), Marinha Grande (16) e Sintra (17).



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

milplus

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL